

Militância educacional católica e a memória da escola pública, em São Paulo, na década de 1930

ANA REGINA PINHEIRO¹

*E a bela floração da juventude forte,
Que há de saber pagar em amor e civismo,
O sublime labor, o sacrifício ingente,
Todo o Bem que lhe destes – pela Pátria e por Deus
MESTRES – EDUCADORES!²*

Este artigo busca refletir acerca da atuação da militância educacional católica no contexto da Escola Primária Caetano de Campos, anexa à Escola Normal de São Paulo, na década de 1930. Tal militância se organizava em torno da Liga do Professorado Católico, fundada em 1919 por iniciativa da Igreja e com a participação de professores da escola pública, que promoviam ações cívico-cristãs cuidadosamente desenvolvidas em rituais e eventos comemorativos escolares. Refletir sobre as relações destes educadores com a Liga implica, neste artigo, em percorrer os caminhos da organização docente presentes nas iniciativas de divulgação dos valores que esse modelo de entidade ensejava e, também, em abordar as conexões existentes entre o associativismo docente e a preservação da memória, nas trilhas da cultura escolar. A cultura e a produção escolar são consideradas, nesse debate, a partir dos objetos da memória que compõem a documentação histórico-escolar, em especial, um jornal produzido pelos alunos do curso primário e correspondências.

O presente texto compõe uma pesquisa, em desenvolvimento e integra o projeto temático: *Congregações católicas, Educação e Estado Nacional* que aponta serem essas fontes reveladoras das estratégias de educadores que se organizavam em torno do civismo cristão, da defesa de um determinado modelo de educação e do enfrentamento de situações que demarcaram divergências com as reformas educacionais. Entende-se que, na década de 1930, durante o período da reestruturação da educação nacional, no Brasil, os educadores

¹ FE-Unicamp, doutora. Pesquisa apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São paulo-FAPESP.

² Folheto de Centenário de Nascimento, em homenagem a Carolina Ribeiro, 1992

vinculados à Liga estavam envolvidos em um campo de disputas em torno da hegemonia econômica, política e educacional de São Paulo.

Para tanto, o contexto escolar foi fundamental. A documentação escolar representa a produção dos “objetos da memória” e, segundo interpretação que Gomes (1996: 7) constrói sobre o sentido da memória, no artigo: “*A guardiã da memória*”, esses objetos, “são eminentemente bens simbólicos que contém a trajetória e a afetividade do grupo. Sejam textos, fotos, filmes, móveis, pertences pessoais etc., tudo tem em comum o fato de dar sentido pleno, de “fazer viver” em termos profundos o próprio grupo.”

Embora esteja fora dos limites deste artigo, é importante ressaltar, ainda, que problematizar as intersecções da militância docente com o sistema educacional e o catolicismo é crucial para compreendermos como as disputas do Estado de São Paulo pela hegemonia política nacional, legitimaram iniciativas, por vezes, ambíguas, na Diretoria de Instrução Pública de São Paulo, na Escola Normal e na Liga do Professorado Católico, expressando a apropriação que essas instâncias faziam das práticas e do discurso oficial e da moral católica.

Organização de professores católicos e a escola pública paulista

A inspiração para este artigo surgiu dos escritos e das correspondências localizados no acervo da Escola Primária Caetano de Campos, anexa à antiga Escola Normal de São Paulo, cuja documentação fora organizada pela diretora Carolina Ribeiro e pela bibliotecária Iracema Marques da Silveira, na década de 1930. Nesse vasto acervo, se encontram, especialmente, as correspondências remetidas entre as mencionadas professoras e João Lourenço Rodrigues, e um jornal escolar, publicado no período de 1936 a 1967, denominado Jornal “Nosso Esforço”. A análise da produção e circulação deste periódico traz pistas para a compreensão dos projetos articulados por esses educadores que contribuíram para a difusão e, ao mesmo tempo, atualização da memória da educação paulista (PINHEIRO, 2008).

Desses três educadores, Rodrigues era o mais conhecido, por ter ocupado o cargo de Inspetor da Instrução Pública, em 1908, e publicado um estudo sobre a história da educação paulista, em 1930, intitulado “Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo.” Essa obra ganhou importância, no período, e adquiriu valor histórico para pesquisadores da educação contemporâneos, por ser, dentre outros aspectos, um trabalho que relata minuciosamente as reformas dos anos iniciais da república e enaltece os feitos dos primeiros educadores republicanos, enfatizando a memória de Caetano de Campos, Gabriel Prestes e Oscar Thompson como os grandes pioneiros do modelo escolar paulista. Rodrigues se autodenominava sobrevivente da única turma de normalistas formada por Caetano de Campos, na Escola Normal de São Paulo, em 1890 e, embora estivesse afastado de suas funções profissionais, neste período, por motivo de aposentadoria, era constantemente consultado pela escola como o grande representante do período áureo da educação paulista.

Na biografia destes três educadores, destacam-se a longa trajetória na escola pública de formação de professores e a coordenação das atividades desenvolvidas pela Liga do Professorado Católico, que ajudaram a fundar. Por um lado, essa militância na organização de uma associação que tinha como um dos principais objetivos aglutinar o professorado paulista em torno de princípios católicos e, por outro, a estreita relação que mantinham com a Escola Caetano de Campos, que gozava de prestígio pelo pioneirismo na implantação de projetos pedagógicos identificados com o modelo de ensino laico, nos levou a problematizar o lugar dos educadores católicos na construção da escola pública, em São Paulo, no período de laicização do Estado brasileiro.

A trajetória desses profissionais que tinham uma sólida formação no catolicismo e que foram bem sucedidos nos projetos que implantaram na escola pública, legitimava sua atuação política junto à categoria docente. Assim, a diretora Carolina Ribeiro era reconhecida como uma autoridade no ensino paulista, a bibliotecária Iracema Marques da Silveira, “a alma da biblioteca, segundo seus colegas e alunos e o educador João Lourenço Rodrigues, como aquele que não envelheceu por ter sido um entusiasta da educação.

Com base na autoridade que lhe conferia o cargo de diretora, Carolina Ribeiro se manifestava, em várias ocasiões, em tom crítico às reformas educacionais que acometeram o ensino paulista. Para ela, o marco inicial das “reformas e re-reformas”, havia sido a revolução

de 1930. As marcas desta reforma tornaram-se visíveis durante o período em que o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo ocupou as dependências daquela escola. Além da reforma educacional que alterava o status de Escola Normal para Instituto de Educação, o edifício sofreu uma intervenção para abrigar o recém criado Instituto. No curto período em que o Instituto de Educação funcionou no Edifício da Praça (1934 a 1938), as exigências decorrentes desta nova situação político-administrativa em que se encontrava a escola normal despertaram o movimento de ex-alunos, no qual João Lourenço Rodrigues se destacou como liderança.

Um breve exemplo das iniciativas deste grupo, em defesa de uma memória da educação paulista, pode ser destacada em um evento ocorrido em 1939, um ano após a extinção do Instituto de Educação, quando a escola normal voltava a chamar-se Escola Normal Modelo. Durante a visita de Adhemar de Barros e comitiva à Escola Normal, ocorrida no dia 11 de dezembro, Carolina Ribeiro, então diretora da escola, discursou alertando o interventor sobre uma velha aspiração dos educadores paulistas, que pretendiam homenagear Caetano de Campos. No dia seguinte, o então interventor do Estado, Adhemar de Barros, baixou o decreto nº 10776 de 12 de dezembro, oficializando uma nova mudança de nome para “Escola Normal Caetano de Campos”. Desta vez, atendendo integralmente à reivindicação de ex-alunos e educadores, em uma negociação protagonizada pelos alunos complementaristas de 1904, com decisiva participação de Carolina Ribeiro. O discurso de Ribeiro foi amplamente divulgado em periódicos oficiais e de grande circulação à época⁷ e, de certa forma, comemorado pela chamada grande imprensa paulista, conforme fragmento de artigo publicado no Correio Paulistano:

[...] se objetivou uma das mais legítimas aspirações da classe do professorado primário e normal do Estado de São Paulo. [...] Deste modo feliz, consumouse, nos arraiaes da instrução, um acto de lidima justiça. Justiça authentica, que o illustre sr. Adhemar de Barros e o inesquecível Sr. Alvaro Guião acabam de conferir ao grande educador que, sobre as ruínas da escola régia, plantou, em 1890, os alicerces indestructiveis da ‘escola paulista’- escola vanguardeira que serviu de padrão para as casas de ensino primário, disseminadas em quasi todo o território nacional [...]

Com a recondução do nome de Caetano de Campos para a fachada da Escola Normal da Praça da República, os professores desta época reconquistam um thesouro que estava perdido. Thesouro legado pelas gerações de mestres de outrora; e parte integrante do rico patrimônio da instrução pública de São Paulo, que mãos sacrílegas ousaram temerariamente tocar e reduzir, sem medo à sancção que o futuro, mais cedo ou mais tarde, haveria de applicar-lhes. Agora, felizmente, ahi a temos a ‘Escola Caetano de Campos’, que o morto illustre e inesquecido reformou e dirigiu.

O seu nome, desde 12 do corrente, fulgura no estandarte do grande educancário; e nelle ficará inscripto permanentemente – para honra do governo actual que soube praticar justiça, e gloria do professorado que não temeu impetral-a e defendel-a, com ardor. (NOTAS – Escola Caetano de Campos, 15/12/1939, grifo nosso).

Publicado em um jornal de grande circulação, o artigo corrobora com a tese da unanimidade que representava tal modelo escolar para a sociedade paulista e reforça a hipótese de que os educadores entraram em confronto com governos interventores e suas ações reformadoras e, principalmente, teceram suas próprias estratégias na defesa da autonomia e da memória desta escola em oposição à nova situação política que se iniciava a partir de 1930. Na interpretação de Carvalho (1989: 34), a nova realidade política inaugurada no pós-30, amplia a abrangência da luta que se abre pela hegemonia escolar e as possibilidades concretas “de o movimento educacional influir na prática estatal” decorrendo, deste contexto, outros desafios para o movimento educacional paulista.

A regularidade com que a defesa de uma memória específica da educação paulista manifestou-se indica uma atitude de negação às reformas, no período de organização do Estado nacional. As reações a modificações legais e resposta às novas teorias educacionais que atingiam, em cheio, a escola demonstram que esses educadores reagiam às sucessivas reformas que consideravam desfavoráveis ao prosseguimento dos seus bem sucedidos projetos educativos no ensino normal.

Na década de 1930, portanto, concentraram seus esforços em formas de atuação que se tornaram significativas para a compreensão do peculiar processo de organização do professorado paulista e de sua relação com o sistema educacional, à época. Nesses momentos, exercem sua autoridade fazendo valer o discurso e a memória da escola modelar paulista e os preceitos católicos nas atividades ritualísticas e cerimônias escolares que organizam e nas formas de divulgação destes valores. Ainda que estivessem adotando algumas das apregoadas práticas inovadoras em seu cotidiano educativo, a relação destas educadoras com João Lourenço Rodrigues pode demonstrar a unidade e a força política deste grupo diante do Estado, considerando toda sua estrutura legal e administrativa e a institucionalização de práticas e teorias inovadoras.

No enfrentamento deste novo contexto, os educadores lutavam contra uma legislação que percebiam como desfavorável aos seus interesses e adotavam estratégias próprias para

reorganizar o espaço escolar e adaptar seus pressupostos às recentes teorias, difundindo a memória de Caetano de Campos e dos demais precursores da escola pública modelar paulista. Neste sentido, o exame das correspondências, orçamentos, fotografias, registros de cerimônias comemorativas e de visitas de autoridades à escola pode nos levar ao centro das estratégias deste grupo, sobretudo a atividade do jornal escolar pelo seu potencial comunicativo.

As múltiplas determinações políticas, culturais e educacionais que confluem para a historicidade do movimento educacional são abordadas como fenômenos que tanto mobilizam quanto são mobilizados por uma memória quase herdada, que pode estar fora do tempo cronológico vivido. Em relação à difusão de uma memória nacional, Pollak (1992: 4) assinala que o tempo cronológico: “[...] constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo”.

Abrigados na velha Escola Normal da Praça, que fora palco das disputas políticas em torno da reestruturação do sistema de ensino universitário e, resguardados pela simbologia que esta escola representava para o Estado de São Paulo, os educadores paulistas deixam antever, na memória que construíram as adversidades, os conflitos e as disputas em torno da reorganização do sistema escolar que se efetivava após 1930.

Objetos da memória

O registro e a guarda da documentação escolar era atividade marcante deste grupo e tarefa específica da biblioteca escolar, planejada e implantada pelas educadoras Ribeiro e Silveira. Seu intento pode ser melhor compreendido ao observarmos, inclusive, a tipologia, a forma de organização e a linguagem e não apenas o conteúdo deste material de valor histórico. Desta forma, Silveira deu início à organização de dossiês temáticos, arquivando absolutamente tudo o que era realizado nas atividades escolares. Documentos ganhavam a forma de dossiês com o objetivo de preservar, integralmente, o percurso e o desfecho de alguns processos, as respostas a consultas e correspondências e os relatórios das atividades da biblioteca, dentre outros. Notícias que remetessem à história dos educadores e da própria escola, publicadas em jornais ou revistas de grande circulação, também eram priorizadas. Pode-se inferir desta experiência que algumas práticas sociais eram incorporadas e adaptadas ao contexto da escola, no sentido de favorecer a produção de uma determinada memória.

Essa produção escolar assim preservada - desde um ato oficial, como uma correspondência para a Secretaria de Educação, até as redações de alunos com as devidas correções anotadas, assim sistematizadas – tornava-se passível de ser recuperada sempre que desejasse um educador, alunos do curso primário e, também, do curso normal. O jornal da escola destacava-se nesta forma de registro e preservação dos rituais e produtos da tradição escolar. Publicavam-se as comemorações das datas cívicas, como o dia da pátria, o dia da bandeira, do pan-americano, da inconfidência mineira; ou os relativos aos principais eventos escolares, como a inauguração do auditório da escola, em 1941. Ou, ainda, a participação da escola em eventos políticos – o “batizado” de cinco aviões doados pela Campanha Nacional de Aviação, ocorrido no pátio da escola -, eram amplamente divulgados no *Nosso Esforço*. Cito, como exemplo, o editorial de um dos muitos números dedicados à criança que estuda, por trazer uma linguagem recorrente de saudação e estímulo aos que abraçam a patriótica carreira do magistério, na qual a aluna Maria A. Blandy Neves, de 12 anos saúda os “melhores alunos dos grupos escolares da Capital em 1940” que foram visitar a escola. Trata-se de um texto extenso do qual foi extraído um trecho:

[...] Vós, colegas, que sois os embaixadores da aplicação e do afinco ao estudo, que viestes a este estabelecimento de ensino, com a missão de representares de todos os grupos escolares de S.Paulo, como deveis estar contentes! Como deve reinar em vossa alma de bons brasileiros a alegria de bem servir à Pátria, estudando, trabalhando, sob as bênçãos sacrossantas deste Cruzeiro incomparável! [...]

[...] Pode-se concorrer para tudo isto, estudando e instruindo, derramando nas almas simples dos nossos caboclos, um pouco desse saber que enriquece a existência, que ilumina o cérebro, que dá calor à alma e vida ao espírito!

Uma inteligência sem cultivo é o diamante bruto, o simples cascalho que dorme nas profundezas das águas de nossos rios!

E, no entanto, é uma preciosa gema, uma enorme riqueza, que, depois de lapidada se torna na mais bela e ofuscante pedra!

Assim se dá com a inteligência envolta no véu negro e compacto da incultura. Passando para as mais de um incansável lapidário que, em nosso caso, será o mestre, ela se tornará em uma jóia magnífica, que, um dia, poderá adornar o extenso colar dos nomes célebres.

Coleguinhas! Com que prazer vos recebemos hoje, nesta casa que é a vossa, neste templo de ensino em que, mais tarde sereis os sacerdotes![...]. (Jornal *Nosso Esforço*, n. 8, outubro de 1940).

Neste discurso, no qual se vislumbra a educação escolar e o magistério como duas vias de ascensão social destaca-se, claramente, uma linguagem presente em jornais de grande circulação, à época. Simboliza, por assim dizer, o poder e a força política desta escola, reinventada na memória social, herdada (POLLAK, 1992) do período inicial da república. A atividade pedagógica da biblioteca está em consonância com a visão de que o trabalho é importante, porque visa melhorar a coletividade, principalmente, a organização e a harmonia social.

Não podemos ignorar, ainda, que as regulamentações oficiais do período estimulavam, de maneira mais ampla, a sistematização de dados estatísticos como forma de racionalizar a prática educacional e uniformizar as orientações pedagógicas, sobretudo pela utilização do impresso, na forma de revistas pedagógicas. A escola passou a incorporar esta prática, uma vez que se configurava na mais importante fonte de informação do poder público sobre os sistemas educativos em todo o país.

O mesmo não pode ser dito em relação ao processo de elaboração do *Jornal Escolar Nosso Esforço*. O fato de ser uma produção escolar, abordada sempre com distinção pelas educadoras, demonstra possuir características peculiares em relação aos impressos produzidos pelo poder público. Considerando a sua importância pedagógica na formação da criança, a coordenação e a responsabilidade pelo processo todo que envolvia a sua publicação era dos professores e, não dos diretores de ensino ou de sua assessoria pedagógica, apesar das inúmeras recomendações emanadas do poder público sobre como bem elaborar um jornal escolar. Neste sentido, constam inquéritos e anuários de ensino que resultaram em orientações para esta atividade escolar. No anuário de 1936-1937, por exemplo, encontram-se críticas aos jornais escolares existentes e recomendações sobre como deveriam ser elaborados.

O *Nosso Esforço* era uma espécie de cartão de visitas, um dos monumentos desta escola, assim como o trabalho dos bibliotecários mirins: “É um prazer vê-los atarefados”, dizia Iracema. Tal qual outras instituições escolares, “O Lanche Sadio” e o “Centro de

Puericultura”, a atividade do jornal escolar merecia registro, apresentação solene a visitantes ilustres e envio de seus números a instituições, como o IBGE e o INEP, por exemplo. Outra característica, que merece a atenção do pesquisador e evidencia o valor documental do jornal escolar, é o fato deste ser um documento raramente guardado de maneira sistemática pelas escolas, resultando numa precarização desta fonte de pesquisa. Este dado é um indício de que, para este grupo, o *Nosso esforço* possuía importância também política, o que será abordado no quinto capítulo.

O universo de diálogos e conflitos de interesses que deixaram expostos lances de memória, alianças políticas, defesas de valores e associações entre instituições - que a racionalidade, tida como entidade superior, diria ser irrelevante -, são vestígios que abundam destas fontes; em geral, notícias do dia-a-dia da escola, dos visitantes ilustres, das cerimônias comemorativas e da inauguração de projetos sociais. Evidências de articulações políticas forjadas no interior da escola, da relação entre educação e religião e de resistência a determinações legais, “[...] que indica a presença e o controle, mas não a exclusividade do poder público no campo da educação escolar [...]” (HILSDORF; WARDE; CARVALHO, 2004: 134).

Subjetividades, enfim, para as quais orientam a leitura de documentos inusitados, como as correspondências pessoais, ou as que versam sobre assuntos considerados banais pelos cânones da ciência.

Concluindo

O texto percorreu os nexos e o contraditório, na atuação pedagógica e política dos educadores católicos, tendo em vista identificar os nexos e as permanências que perpetuaram a história e a memória da Escola “Caetano de Campos” como a escola modelar paulista. Buscou compreender o significado da tradição escolar, inserida no contexto de reformas e renovação educacional do pós-30 e identificar as estratégias e táticas utilizadas por esses educadores na atividade educativa, para resistir e dar amplitude aos projetos da escola paulista, contrapondo-se à ideologia nacionalizante do período.

Diante da pretensa unanimidade representada pelo modelo escolar paulista, a memória é elemento constitutivo desse discurso, não apenas nas décadas de 1930 e 1940, como também, evocando as reformas da fase inicial da República. Para apreender os sentidos, que essa construção da memória atribuía à escola paulista foi abordado o discurso dos três educadores católicos pois a construção do mito da escola modelar paulista guarda nexos com a relações de poder local e com a ação da Igreja Católica no processo educacional. Aspectos de uma memória herdada, que se encontra fundada nos anos iniciais da República. Fenômeno que cristaliza, também, o nome de Antonio Caetano de Campos como o grande educador dos tempos áureos. Podemos, desta forma, concluir que estes problemas estão inseridos em um projeto político educacional mais amplo que não deve ser subestimado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURKE, Peter. A história como memória social. In: _____. *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992a. p. 235-251.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n° 71, p. 29-35, nov.1989.
- FOLHETO de Centenário de Nascimento, em homenagem a Carolina Ribeiro, 1992
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, 1(2), set., 1981. p. 259-283.
- _____. A guardiã da memória. *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 9, n° 1/2, p. 17-30, jan./dez., 1996. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/produção_intelectual/html/tp_download.htm>. Acesso em: 02 MAR. 2013.
- HILSDORF, Maria Lucia; WARDE, Mirian Jorge; CARVALHO, Marta Maria Chagas. Apontamentos sobre avhistória da escola e do sistema escolar no Brasil. In: GARCÉS, Olga Lucía Zuluaga; SAUTER, Gabriela Ossenbach (Org). *Gênesis y desarrollo de los sistemas educativos iberoamericanos – siglo XIX*. Bogotá, Colômbia: Magistério, Tomo I, 2004. p. 127-202 (Pedagogía e Historia).
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de Gizele de Souza. Colaboração de Ângela Brandão. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas-SP: n° 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 525-541.

NOTAS – Escola Caetano de Campos. *Jornal Correio Paulistano*, São Paulo, 15 dez.1939

PINHEIRO, AnaRegina e DE ROSSI, Vera Lucia Sabongi. *Memórias e Histórias da Escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, p. 200-212, 1992. Disponível em:<<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>). Acesso em 25 FEV. 2013.